

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

27 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria da Purificação Carvalho*. — O Oficial de Justiça, *Luis Barros*. 3000216539

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio

Processo n.º 6525/05.4TBAMD.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Credor — Cardoso & Filhos, L.ª

Insolvente — Construme — Construções e Empreendimentos Turísticos, L.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal de Comércio de Lisboa, 1.º Juízo de Lisboa, no dia 21 de Setembro de 2006, às 17 horas e 45 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Construme — Construções e Empreendimentos Turísticos, L.ª, número de identificação fiscal 502049600, com endereço na Rua do Professor Jorge Mineiro, lote 44, loja 11, Queluz de Baixo, 2745-000 Queluz de Baixo, com sede na morada indicada.

São administradores da devedora: João Manuel Caetano Barroca, com endereço na Rua de 9 de Abril, 4, 2.º, direito, 2700 Amadora, e Isabel Maria da Silva Batinha, com endereço na Rua de 9 de Abril, 4, 2.º, direito, 2700 Amadora, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. Mário Daniel Martins Ferreira Alemão, com domicílio na Largo do Professor João Cid dos Santos, 10, 1.º, direito, 2795-104 Linda-a-Velha.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 15 de Dezembro de 2006, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

25 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *António Marcelo dos Reis*. — A Oficial de Justiça, *Isabel David Nunes*. 3000216567

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio

Processo n.º 626/04.3TYVNG.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Credor — Palegessos, Indústria e Comércio de Paletes e Gesso, L.ª

Insolvente — Domarpi — Gessos e Derivados, L.ª

Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal de Comércio de Vila Nova de Gaia, 1.º Juízo de Vila Nova de Gaia, no dia 12 de Junho de 2006, às 11 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Domarpi — Gessos e Derivados, L.ª, número de identificação fiscal 503974110, com endereço na Rua dos Castanheiros, 11, Gueifões, Maia, com sede na morada indicada.

Para administrador da insolvência, é nomeado José António Ferreira de Barros, com domicílio na Avenida de D. João IV, 1071, 2.º, direito, 4810-532 Guimarães.

É administrador da devedora Domingos Maia António, casado (regime: comunhão de adquiridos), número de identificação fiscal 162054319, bilhete de identidade n.º 7626089, com endereço na Rua de Simões de Almeida, 242, 3.º, esquerdo, 4000 Porto, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação, por outra forma, garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

4 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Isabel A. M. Faustino*. — A Oficial de Justiça, *Fábia de Jesus Moreno*. 1000306212

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio

Processo n.º 717/05.3TYVNG.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Credor — Ferreiras, Lobo & Lameiras, L.ª

Insolvente — Regina Mendes — Unipessoal, L.ª

Encerramento de processo

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Regina Mendes — Unipessoal, L.ª, pessoa colectiva n.º 505489490, com sede na Rua da Estrada, 304, Moreira, 4470-157 Maia.

Administrador da insolvência: João Manuel Couto Morais de Almeida, com endereço na Avenida do Dr. João Canavarro, 305, 3.º, S/32, Edifício Alameda 1, 4480-000 Vila do Conde.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa insolvente.

Efeitos do encerramento: cessam todos os efeitos decorrentes da declaração de insolvência, sem prejuízo dos efeitos da qualificação da insolvência e do disposto nos artigos 233.º e 234.º do CIRE.

24 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Olímpia Esteves Silva Loureiro*. — A Oficial de Justiça, *Teresa Jesus Cabral Correia*. 1000306214

ORGANISMOS AUTÓNOMOS

UNIVERSIDADE ABERTA

Reitoria

Despacho n.º 238/R/2006

3.º curso de mestrado em Comércio Electrónico e Internet

Júri de selecção dos candidatos e júri de equivalências:

Prof. Doutor Pedro Teixeira Isaías (presidente).

Prof. Doutora Maria do Rosário Alves Almeida (vogal).

Prof. Doutor Victor Paulo Gomes da Silva (vogal).

Prof. Doutor Nuno Gama de Oliveira Pinto (vogal suplente).

12 de Julho de 2006. — O Presidente do Conselho Científico, *João Luís Cardoso*. 3000214305

Aviso

Por ter havido alteração na constituição do júri de seriação dos candidatos ao curso de pós-graduação em estudos portugueses interdisciplinares, ponto 9 do despacho n.º 15 194/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 135, de 14 de Julho de 2006, avisa-se que o referido júri passa a ter a seguinte constituição:

Presidente — Doutora Ana Paula Avelar.

Vogais efectivos:

Doutora Ana Nascimento Piedade.

Doutora Hanna Batoréo.

Vogal suplente — Doutor Paulo Nunes da Silva.

18 de Julho de 2006. — O Reitor, *Carlos Reis*. 3000213679

Aviso

Por ter havido alteração na constituição do júri de seriação dos candidatos ao curso de mestrado em estudos portugueses interdisciplinares, ponto 11 do despacho n.º 14 160/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 128, de 5 de Julho de 2006, avisa-se que o referido júri passa a ter a seguinte constituição:

Presidente — Doutora Ana Paula Avelar.

Vogais efectivos:

Doutora Ana Nascimento Piedade.

Doutora Hanna Batoréo.

Vogal suplente — Doutor Paulo Nunes da Silva.

18 de Julho de 2006. — O Reitor, *Carlos Reis*. 3000213680

Despacho n.º 249/R/2006

Sob proposta do conselho científico e ao abrigo da alínea e) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 323/84, de 9 de Outubro, e do n.º 8 da Portaria n.º 944/91, de 17 de Setembro, que criou o curso de mestrado em Relações Interculturais na Universidade Aberta, adiante designado por mestrado, determino, no que se refere ao 15.º curso (2006-2008), o seguinte:

1 — O prazo de candidatura e pré-inscrição no mestrado é prorrogado até 29 de Setembro de 2006.

2 — O prazo para a matrícula e inscrição no mestrado decorrerá de 17 a 21 de Outubro de 2006.

3 — O número de inscrições para este curso de mestrado é fixado em 30 para Lisboa e 30 para o Porto.

4 — O mestrado é um curso de carácter formal, organizado pelo sistema de unidades de crédito e leccionado em regime presencial, em horário pós-laboral.

5 — A duração máxima é de dois anos, ocupando a parte curricular um ano e reservando-se o restante para a preparação, orientação e apresentação da dissertação.

6 — A parte curricular do mestrado será ministrada em Lisboa e no Porto:

Universidade Aberta, Rua da Escola Politécnica, 141-147, 1269-001 Lisboa.

Universidade Aberta, Delegação Norte, Rua do Ameal, 752, 4200-055 Porto.

7 — O início das actividades escolares está previsto para 30 de Outubro de 2006.

8 — O montante de propinas para este curso é de 2000 euros, assim distribuído:

Propina de matrícula — 200 euros.

Propina de inscrição na parte curricular — 1600 euros.

Propina de inscrição para dissertação — 200 euros.